



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0001242024

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1057740-30.2023.8.26.0506, da Comarca de Ribeirão Preto, em que é apelante ENTREVIAS CONCESSIONARIA DE RODOVIA S/A, é apelada

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **deram parcial provimento ao recurso para reduzir a indenização por danos morais para R\$ 6.000,00, mantidos os demais termos da sentença. Custas e honorários preservados como fixados na origem, observada a proporcionalidade decorrente da sucumbência mínima da autora. V. U.**, de conformidade com o voto da relatora, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CLAUDIO AUGUSTO PEDRASSI (Presidente) E LUCIANA BRESCIANI.

São Paulo, 19 de novembro de 2025.

CYNTHIA THOMÉ

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Apelação Cível nº 1057740-30.2023.8.26.0506

Apelante: Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

Apelado: _____

Comarca: Ribeirão Preto - 1ª Vara da Fazenda Pública

Juiz prolator: Dr. Reginaldo Siqueira

Voto nº 2.282

DIREITO CIVIL. APELAÇÃO. INDENIZAÇÃO POR DANOS
MORAIS. PARCIAL PROVIMENTO.

I. Caso em Exame

Ação de indenização por danos morais proposta por _____ contra Entrevias Concessionária de Rodovias S.A., visando reparação por danos morais decorrentes do desaparecimento de animal de estimação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

resgatado por preposto da ré e não encaminhado conforme informado.

II. Questão em Discussão

2. A questão em discussão consiste em (i) verificar a existência de responsabilidade objetiva da concessionária pela falha na prestação do serviço e (ii) avaliar a adequação do valor da indenização fixada.

III. Razões de Decidir

3. A responsabilidade objetiva da concessionária foi reconhecida devido à falha na prestação do serviço, ao assumir o resgate do animal e não cumprir a destinação informada, frustrando a expectativa da autora.

4. A redução do valor da indenização para R\$ 6.000,00 foi considerada adequada, observando-se os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, sem implicar enriquecimento indevido.

IV. Dispositivo e Tese

5. Recurso parcialmente provido para reduzir a indenização por danos morais para R\$ 6.000,00, mantidos os demais termos da sentença.

Tese de julgamento: 1. A responsabilidade objetiva da concessionária é configurada pela falha na prestação do serviço. 2. A indenização deve observar critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

Legislação Citada:

CF/1988, art. 37, § 6º.

Jurisprudência Citada:

TJSP, Apelação nº 1000066-42.2023.8.26.0200, Rel. Des. Joel Birello Mandelli, 6ª Câmara de Direito Público, j. 07.01.2025.

2

Vistos.

Trata-se de ação de indenização por danos morais ajuizada por _____ em face de Entrevias Concessionária de Rodovias S.A., visando à reparação pelos danos morais que alega ter sofrido.

A r. sentença (fls. 301/303), cujo relatório adoto, julgou parcialmente procedente o pedido para condenar a requerida ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 12.000,00, com correção monetária pelo IPCA a partir da sentença e juros de mora desde o evento danoso pela taxa Selic,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

reconhecendo falha na prestação do serviço em razão do resgate do animal de estimação da autora por preposto da ré e da posterior omissão quanto ao seu destino, circunstância que frustrou a possibilidade de recuperação do animal e caracterizou responsabilidade objetiva da concessionária; afastou a alegação de culpa exclusiva da vítima, amparando-se no depoimento testemunhal que confirmou o recolhimento do animal e a informação, não cumprida, de que seria encaminhado ao centro de zoonoses; condenou a ré, ainda, ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como de honorários advocatícios fixados em R\$ 3.000,00, com atualização pelo IPCA e juros da Selic a partir do trânsito em julgado, determinando o regular processamento de eventual recurso e consignando a inexistência de reexame necessário.

Inconformada, apelou a ré (fls. 309/320) sustentando que a sentença merece reforma por inexistirem ato ilícito, nexo causal ou falha na prestação do serviço, afirmando que o desaparecimento do animal decorreu de culpa exclusiva da autora, responsável por sua guarda, e que não há prova de que o animal encontrado por terceiro tenha sido entregue a preposto da concessionária ou sequer de que fosse o mesmo animal; alegou que o boletim de ocorrência é prova unilateral, que o vídeo juntado não demonstra que o animal ficou sob responsabilidade da empresa e que o procedimento padrão definido pela ARTESP é o afugentamento de

3

animais sem ferimentos, e não o encaminhamento a centros de zoonoses, afastando qualquer omissão; invocou as excludentes de responsabilidade por culpa da vítima e fato de terceiro, defendendo a inexistência de danos morais ante a ausência de comprovação de nexo causal e de certeza quanto à possibilidade de recuperação do animal; subsidiariamente, afirmou que o valor arbitrado é excessivo e contraria os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, requerendo a total improcedência da ação ou, ao menos, a redução do *quantum* indenizatório.

Recurso processado, com recolhimento do preparo (fls. 321/323) e com oferta de contrarrazões (fls. 331/335).

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cuida-se de apelação interposta por concessionária de serviço público em ação de indenização por danos morais decorrente do desaparecimento de animal doméstico em rodovia sob regime de concessão. A autora narrou que sua cachorra da raça Shih Tzu desapareceu durante forte chuva em 17/09/2023, tendo sido posteriormente localizada por terceiro na alça de acesso da rodovia administrada pela requerida, conforme boletim de ocorrência de fl. 16. Esse terceiro acionou o serviço 0800 da Entrevias, oportunidade em que funcionário da concessionária compareceu ao local, recolheu o animal e informou que o encaminharia ao centro de zoonoses, o que levou a autora a procurar sua cachorra nas unidades de Ribeirão Preto e Sertãozinho, sem sucesso. A prova testemunhal produzida em audiência (fl. 290), notadamente o depoimento de Raphael Machado Felippin, confirmou de forma coerente e detalhada que o preposto da ré recolheu o animal no caminhão de atendimento e prometeu levá-lo ao órgão municipal competente.

A sentença reconheceu a responsabilidade objetiva da concessionária pela inadequada prestação do serviço, por ter assumido o resgate e criado legítima expectativa de localização do animal, concluindo que a omissão subsequente frustrou a proprietária e ensejou abalo moral indenizável. Fixou indenização em R\$ 12.000,00. A apelante sustenta ausência de ato ilícito, nex

4

causal, culpa exclusiva da autora e inexistência de prova do resgate, além de defender que o procedimento padrão da ARTESP consistiria em afugentamento (fls. 297/300). Requer a improcedência da ação ou, subsidiariamente, a redução do valor arbitrado.

No mérito, importa registrar que a apelação devolve ao Tribunal apenas as matérias impugnadas, e o exame do pedido deve respeitar os limites da iniciativa da parte, não sendo possível conhecer de alegações que ultrapassem o objeto formulado na petição inicial. A autora pleiteou reparação por danos morais decorrentes da falha no resgate e na destinação informada do animal, e a sentença analisou exclusivamente esse pedido. A requerida, em seu apelo, insiste na inexistência de prova de que seus funcionários recolheram o animal, no afastamento do nexo causal e na imputação de culpa exclusiva da proprietária pela fuga inicial do cão. Tais argumentos, porém, não encontram respaldo no conjunto probatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

O depoimento da testemunha ouvida em juízo, colhido de forma legítima e submetido ao contraditório, confirmou com precisão que o preposto da concessionária compareceu ao local indicado pelo terceiro, recolheu a cachorra na cabine do caminhão e afirmou que a levaria ao centro de zoonoses. A ausência da juntada do vídeo captado pelo terceiro não invalida a prova oral, especialmente porque o funcionário da ré foi identificado pela testemunha, e o relato não apresentou contradições. A alegação de que o procedimento padrão seria o mero afugentamento não é suficiente para afastar a dinâmica fática comprovada, tampouco autoriza a concessionária a descumprir a informação que transmitiu ao cidadão que acionou o serviço. Não se está, aqui, exigindo que o protocolo da ARTESP seja desconsiderado, mas sim reconhecendo que, uma vez assumido o resgate e indicada uma destinação institucional, nasce o dever de prestar o serviço de modo adequado, inclusive com informações corretas.

Igualmente, não procede a tese de culpa exclusiva da vítima. Ainda que o animal tenha fugido da residência durante chuva intensa, tal fato não elide o dever da concessionária de prestar corretamente o serviço que voluntariamente assumiu, tampouco se mostra apto a romper o nexo causal entre o

5

recolhimento efetuado por seu agente e a impossibilidade subsequente de a autora localizar a cachorra. A conduta imputada à ré não se refere à fuga do animal, mas à incorreta destinação e à omissão em prestá-la da forma informada ao terceiro, circunstância que configura falha na prestação do serviço, nos termos da responsabilidade objetiva prevista no art. 37, §6º, da Constituição Federal.

Superadas essas questões, resta examinar o pedido subsidiário de redução do valor da indenização. A sentença fixou o montante de R\$ 12.000,00 observando critérios de razoabilidade e proporcionalidade. Entretanto, considerada a extensão do dano, a inexistência de elementos que indiquem gravidade excepcional, a circunstância de se tratar de perda de animal doméstico causada por falha concreta na prestação do serviço, e observando-se o parâmetro indenizatório usualmente adotado por este Tribunal em casos análogos, revela-se adequado reduzir o valor para R\$ 6.000,00. Essa quantia atende ao caráter compensatório e pedagógico,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

sem implicar enriquecimento indevido da autora, alinhando-se aos critérios de moderação exigidos pela jurisprudência.

Não havendo pedido na apelação que ultrapasse a discussão sobre a existência da responsabilidade e o montante fixado, e inexistindo inovação processual a ser conhecida, cumpre manter a condenação e apenas ajustar o valor da indenização.

Nesse sentido:

DIREITO CIVIL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. CAVALO NA PISTA. MORTE. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECURSO DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME. Recurso de apelação interposto por Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S/A contra sentença que julgou procedente a ação de indenização por danos morais, condenando-a ao pagamento de R\$ 150.000,00, em razão de acidente de trânsito com vítima fatal, envolvendo animal (cavalo) na pista. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO. Determinar a responsabilidade da concessionária pelo acidente causado pela presença de animal na pista,

6

considerando a responsabilidade objetiva e a aplicação do Código de Defesa do Consumidor. III. RAZÕES DE DECIDIRA responsabilidade objetiva das concessionárias foi consolidada pelo Tema nº 1.122 do STJ, segundo o qual as concessionárias de rodovias respondem independentemente da existência de culpa, pelos danos oriundos de acidentes causados pela presença de animais nas pistas de rolamento, aplicando-se as regras do Código de Defesa do Consumidor e da Lei das Concessões. Comprovação do evento danoso, morte de ente querido, e do nexo de causalidade. Ação de indenização anterior, ajuizada pelo esposo da vítima, com trânsito em julgado, já havia reconhecido a responsabilidade da concessionária pelo mesmo acidente. Redução do montante indenizatório, considerando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. IV. DISPOSITIVO. Recurso parcialmente provido para reduzir o valor da indenização por danos morais para R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais). Legislação Citada: CF, art. 37, § 6º; CDC,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

arts. 6º, VI, 14, 22; CTB, art. 90. Jurisprudência Citada: TJSP, Apelação

Cível 1002978-38.2021.8.26.0020, Rel. Jose Eduardo Marcondes Machado, 10ª Câmara de Direito Público, j.

11.11.2024; TJSP, Apelação Cível

1023615-08.2021.8.26.0053, Rel. Antonio Carlos Villen, 10ª

Câmara de Direito Público, j. 13.05.2022; TJSP, Apelação

Cível 1054124-87.2019.8.26.0053, Rel. Antonio Celso Aguilar

Cortez, 10ª Câmara de Direito

Diante do exposto, **dou parcial provimento ao recurso** para reduzir a indenização por danos morais para R\$ 6.000,00, mantidos os demais termos da sentença. Custas e honorários preservados como fixados na origem, observada a proporcionalidade decorrente da sucumbência mínima da autora.

Considera-se prequestionada toda matéria infraconstitucional e constitucional aventada, observando-se ser desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando, para tanto, que a questão tenha sido analisada.

7

CYNTHIA THOMÉ
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO